

Reunião de 28 de maio de 2019



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Joana Filipa Vicente da Silva, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e, comigo, António Luís Moreira, técnico superior jurista, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia vinte e sete de maio de dois mil e dezanove. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dois euros e cinquenta e oito cêntimos (€4.532.402,58). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO GUIMARÃES:** O presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

----- **CIM-TTM-Terras de Trás – os- Montes- Comunidade Intermunicipal – Divisão do Reforço do Pacto e Prover** – Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento do reforço das verbas do programa Norte 20-20 para a CIM-TTM apresentando um quadro elucidativo onde é contemplado o município de Mogadouro com o valor total que irá receber, resultante da reunião extraordinária realizada no dia quinze de maio em Mirandela, o qual resulta do somatório dos reforços das PI 10.5; 4.3; 9.7; e PROVERE.-----

----- Mais informou o executivo que o reforço das verbas no montante global de €2.017.290,40 está garantido e que já foi enviado à CIM-TTM o mapeamento dos reforços dos investimentos nos projetos, designadamente:-

----- PI 10.5 – Escolas – Reabilitação do Edifício da Escola Preparatória



Reunião de 28 de maio de 2019

Trindade Coelho e adaptação a Cantina Escolar com o reforço de €930.197,27; PI 4.3 – Eficiência Energética com o reforço de €218.300,40; PI 9.7 – Equipamentos Sociais com o reforço de €385.236,00; e PROVER com o reforço de €483.558,72.-----

---- No âmbito da candidatura ao PARU, o reforço totaliza o montante de 244.353,31€, o qual se destina à Reabilitação das Habitações do Antigo Bairro do F.F.H.-----

----- **Pedido de Indemnização de Alberto João Fernandes, proprietário de uma exploração agrícola em Castro Vicente:** Sobre este assunto e na sequência da deliberação tomada na reunião de treze de novembro do ano de dois mil e dezoito, o senhor presidente deu conhecimento ao Executivo das conclusões constantes no relatório da Agência Portuguesa do Ambiente sobre a matéria, ilibando a responsabilidade do Município, propriedade da ETAR de Castro Vicente, sobre as causas da morte de alguns dos animais daquela exploração.-----

----- **Inauguração da Rotunda dos Barreiros em Bemposta:** Sobre esta matéria o senhor presidente convidou pessoalmente todo o executivo a estar presente na inauguração daquela rotunda no próximo dia um de junho, pelas dezoito horas e trinta minutos, na freguesia de Bemposta.-----

----- **Festa de S. Mamede:** O senhor presidente deu conhecimento ao executivo do convite do senhor presidente da Junta de Freguesia de Mogadouro e do presidente da Fábrica da Igreja de S. Mamede, a convidar todo o executivo a estar presente na missa seguida de procissão em honra do padroeiro S. Mamede que se realiza no próximo domingo pelas onze horas na Igreja Matriz.-----

-----**INTERVENÇÃO APRESENTADA PELOS VEREADORES ELEITOS PELA COLIGAÇÃO TODOS POR MOGADOURO:** Os vereadores da Coligação Todos por Mogadouro solicitam ao Senhor Presidente, que, nos prazos previstos para o efeito, informação escrita sobre :-----

-----1. Quantos pedidos de atribuição de lotes já deram entrada nos serviços do município e quais os titulares dos pedidos?-----

-----2. Quantos lotes já foram cedidos, referentes à ampliação da zona industrial?-----

-----3. Quantas escrituras de compra e venda já foram lavradas?-----

Reunião de 28 de maio de 2019



-----4. Quantos projetos já foram aprovados para o local?-----

Isto, no âmbito da ampliação efetuada à zona industrial de Mogadouro.

-----Mais se solicita que nos informe quando pretende o senhor presidente dar início à implementação da execução dos espaços verdes de proteção, cuja função vinha descrita no projeto aprovado e na proposta de impacte ambiental submetida a aprovação da CCDR-N fundamental na preservação do equilíbrio ecológico, paisagístico e visual da área?-----

Será que o empreiteiro das obras de ampliação se esqueceu de realizar esta importante obra, ou esta, cabe à câmara municipal executar?-----

ORDEM DO DIA

1 ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 09/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE MAIO DE 2019.

2 GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:

- INFORMAÇÃO SOBRE A EMISSÃO DE ALVARÁS DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO REFERENTES AOS MESES DE FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2019 - PARA CONHECIMENTO.**

3-REVERSÃO DE ÁREAS CEDIDAS NO LOTEAMENTO EM NOME DE ANTÓNIO GUILHERME DE SÁ MORAES MACHADO E IRMÃOS- ALVARÁ 1/90 – PARECER DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDRN) - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

4-CONCURSO CONCELHIO DE RAÇA BOVINA MIRANDESA - INFORMAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO Á PRESIDÊNCIA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

5-REGULAMENTO DO CONCURSO CONCELHIO DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA – APROVAÇÃO DE EDITAL - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

Reunião de 28 de maio de 2019



6-REGULAMENTO DE ACHEGA DE TOUROS - APROVAÇÃO DE EDITAL - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

7-DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMATICA E PATRIMÔNIO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE MANUEL JOAQUIM MORAIS CASIMIRO PARA COMPRA DE PARCELA DE TERRENO A TITULO DE ALINHAMENTO DE LOTE SITUADO NA URBANIZAÇÃO NOSSA SENHORA DO CAMINHO- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

8-DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMATICA E PATRIMÔNIO- CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO E SOTTO MAYOR. TRABALHOS A MAIS DE NATUREZA IMPREVISTA- RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.

9-DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÔNIO - ADJUDICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR E EXPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO PARA O ANO DE 2019- RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.

10-DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE BELA BERNARDINA GERALDES PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

11-DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE MARTINHO DA ASCENSÃO CORREIA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

12-DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO ATÉ AO LIMITE DE SEIS MESES DE SÉRGIO AUGUSTO VENÂNCIO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

13-DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE RURAL FUTURO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Reunião de 28 de maio de 2019



AGROPECUÁRIOS, LDA (CONSUMIDOR Nº 9634) PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA EM CINCO PRESTAÇÕES-ANÁLISE DELIBERAÇÃO.

14-DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SORAIA ANDREIA ROCHA PIRES (CONSUMIDOR Nº(10939) PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA EM PRESTAÇÕES-ANÁLISE DELIBERAÇÃO.

15-PEDIDO DE ABEL AFONSO VARANDAS A SOLICITAR A REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS NA SUA VIATURA de MATRÍCULA 97-LU-93, POR UMA GRELHA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA FREGUESIA DE PARADELA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

16-INFORMAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO Á PRESIDÊNCIA – REDUÇÃO DO APOIO FINANCEIRO CONSTANTE DO PROTOCOLO PARA A REALIZAÇÃO DO II MOGADOURO TRIATLO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

17-DIVISÃO DE INFRA ESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS- PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DAS HABITAÇÕES DO EX BAIRRO FUNDO FOMENTO/ARRANJO URBANÍSTICO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE – COMUNICAÇÃO DA ENTRADA DE SUBEMPREGUEIRO EM OBRA – APROVAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

18-ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE VÍTOR MANUEL BENTO FERNANDES A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA MONTAGEM DE ESPLANADA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

-----**1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º09/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE MAIO DE 2019:** - Foi presente a ata número nove barra dois mil e dezanove da reunião ordinária de catorze de maio de dois mil e dezanove, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do executivo. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.--

2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO: -----

Reunião de 28 de maio de 2019



----- INFORMAÇÃO SOBRE A EMISSÃO DE ALVARÁS DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO REFERENTES AOS MESES DE FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2019 - PARA CONHECIMENTO. Através da informação número dois mil trezentos e setenta e oito, datada de catorze de março de dois mil e dezanove, do serviço administrativo do Ordenamento do Território e Urbanismo, a Câmara tomou conhecimento da relação dos alvarás de licenças de construção e autorizações de utilização que foram emitidos, no âmbito da delegação de competências nos meses de fevereiro, março e abril do ano em curso.-----

----- Impedimentos: - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar os presentes processos, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

---3. REVERSÃO DE ÁREAS CEDIDAS NO LOTEAMENTO EM NOME DE ANTÓNIO GUILHERME DE SÁ MORAES MACHADO E IRMÃOS- ALVARÁ 1/90 – PARECER DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDRN) - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. Sobre o assunto supra referenciado, foi presente a informação nºINF_DSOT_GB3894/2019, Poc.nºPE_INF_44/2019, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, datada de vinte e dois de abril do ano em curso, contendo um parecer sobre o pedido de reversão das áreas cedidas ao Município pelos requerentes/lotecedores, constantes do alvará número um barra noventa, na sequência do pedido de parecer solicitado pelo executivo na reunião ordinária de vinte e três de maio do ano de dois mil e dezassete.-----

-----A Câmara, analisado o parecer enviado pela CCDRN, e tendo em conta os fundamentos nele enunciados, bem como nos pareceres anteriormente emitidos pelo anterior Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e pela Sociedade de Advogados, Abecassis, Moura Marques & Associados nas reuniões de vinte e três de maio e doze de setembro de dois mil e dezassete sobre o assunto, deliberou por unanimidade indeferir a pretensão dos requerentes, António Guilherme Sá de Moraes Machado e Irmãos.-----

Reunião de 28 de maio de 2019



-----Mais foi deliberado, notificar os interessados, nos termos do CPA da decisão tomada.-----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ser familiar dos requerentes, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. a) do n.º 1 do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----**4. REGULAMENTO DO CONCURSO CONCELHIO DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA – APROVAÇÃO DE EDITAL - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** Presente a informação número dois mil quatrocentos e setenta e um barra dois mil e dezanove, do adjunto do Gabinete da Presidência, datada de vinte e um de maio corrente na qual refere que no próximo dia dez de junho vai ter lugar o Concurso Concelhio da Raça Bovina Mirandesa. O evento é de extrema importância para o desenvolvimento da raça mirandesa no concelho, onde os criadores têm oportunidade de mostrar os seus animais, permitindo o concurso dar a conhecer esta raça tão importante para toda a região.-----

-----Analisada a informação, e por proposta do senhor presidente da Câmara, o executivo, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no montante de €3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta euros) à Associação de Caça e Pesca de Tó, para colaborar na organização do evento.-----

--- **5 REGULAMENTO DO CONCURSO CONCELHIO DE BOVINOS DE RAÇA MIRANDESA – APROVAÇÃO DE EDITAL - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento do concurso concelhio de bovinos de raça mirandesa que o Município de Mogadouro e a ADS-Associação Defesa Sanitária, com a colaboração da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, vão levar a efeito no dia dez de junho pelas dez horas, nas eiras da canadica, na freguesia de Tó, onde constam os prémios a atribuir, assim relacionados:-----

-----**REGULAMENTO DO CONCURSO CONCELHIO DE BOVINOS** -----
-----**DE RAÇA MIRANDESA**-----

1ª Secção – TOUROS:

Reunião de 28 de maio de 2019



- 1º Prémio --- 165 €
- 2º Prémio --- 140 €
- 3º Prémio --- 110 €
- 4º Prémio --- 90 €

2ª Secção - NOVILHOS 20 a 36 meses:

- 1º Prémio --- 140 €
- 2º Prémio --- 110 €
- 3º Prémio --- 90 €

3ª Secção - NOVILHOS de 12 a 20 meses:

- 1º Prémio --- 140 €
- 2º Prémio --- 110 €
- 3º Prémio --- 90 €

4ª Secção - Vacas com mais de 5 anos:

- 1º Prémio --- 165 €
- 2º Prémio --- 140 €
- 3º Prémio --- 110 €
- 4º Prémio --- 90 €
- 5º Prémio --- 75 €
- 6º Prémio --- 65 €
- 7º Prémio --- 55 €
- 8º Prémio --- 45 €

5ª Secção - VACAS entre 3 e 5 anos:

- 1º Prémio --- 165 €
- 2º Prémio --- 140 €
- 3º Prémio --- 110 €
- 4º Prémio --- 90 €
- 5º Prémio --- 75 €
- 6º Prémio --- 65 €
- 7º Prémio --- 55 €
- 8º Prémio --- 45 €

6ª Secção - Fêmeas entre 2 e 3 anos:

Reunião de 28 de maio de 2019



- 1º Prémio --- 140 €
- 2º Prémio --- 110 €
- 3º Prémio --- 90 €
- 4º Prémio --- 65 €

7ª Secção - NOVILHAS entre 18 e 24 meses:

- 1º Prémio ---- 140 €
- 2º Prémio ---- 110 €
- 3º Prémio ---- 90 €
- 4º Prémio ---- 65 €

8ª Secção - NOVILHAS entre 12 e 18 meses:

- 1º Prémio ---- 140 €
- 2º Prémio ---- 110 €
- 3º Prémio ---- 90 €
- 4º Prémio ---- 65 €

PRÉMIO DE PRESENÇA:

4 Sacas de Ração/Produtor-----

----6. REGULAMENTO DE ACHEGA DE TOUROS - APROVAÇÃO DE EDITAL - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento do concurso da Achega de Touros que o Município de Mogadouro, com a colaboração da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, vai levar a efeito no dia dez de junho pelas dez horas, nas eiras da canadica, na freguesia de Tó, bem como os prémios a atribuir, assim relacionados:-----

-----Prémio de participação- 50 Euros.-----

-----Prémio para o vencedor de cada achega- 200 Euros.-----

-----Caso os animais não se peguem na respetiva achega, apenas terão direito ao prémio de participação.-----

----7. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMATICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE MANUEL JOAQUIM MORAIS CASIMIRO PARA COMPRA DE PARCELA DE TERRENO A TITULO DE ALINHAMENTO DE LOTE SITUADO NA

Reunião de 28 de maio de 2019



URBANIZAÇÃO NOSSA SENHORA DO CAMINHO- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Na sequência da deliberação tomada na reunião de nove de abril do corrente ano, foi presente a informação número dois mil quatrocentos e sessenta e dois barra dezanove, da Divisão de Contratualização, Informática e Património, anexando cópia da ata da reunião de Câmara datada de vinte e dois de agosto do ano de mil novecentos e noventa e cinco na parte respeitante á aquisição pelo Município de uma serralharia(hoje denominado armazém) á Direção Geral de Contribuições e Impostos, penhorado à Transnorte – Sociedade de Construções do Planalto Ld.ª, na sequência de um processo de execução fiscal que corria termos naquela Direção Geral.-----

----- A Câmara, analisada a documentação referente ao imóvel adquirido pelo Município e face à não existência de área descoberta do armazém no título de aquisição do mesmo, deliberou não se pronunciar sobre o pedido do requerente, solicitando aos Serviços para informarem sobre as áreas cedidas ao Município no Loteamento a fim de habilitarem o executivo a uma tomada de posição sobre a titularidade da parcela de terreno que o requerente pretende adquirir, a ser presente em próxima reunião de Câmara.-----

----8. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO- CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO E SOTTO MAYOR. TRABALHOS A MAIS DE NATUREZA IMPREVISTA- RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: O executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo presidente da Câmara, datado de dezasseis de maio de dois mil e dezanove, sob a informação da fiscalização da obra, na qual emitiu parecer favorável à aprovação dos trabalhos e respetiva prorrogação de prazo na empreitada supra referenciada adiante transcrito:-----

-----“ Concordo com a informação. Aprovo os trabalhos imprevistos no valor de 35.914,49€ mais Iva. À DAF- Contabilidade para verificação de fundos disponíveis e cabimento. Aprovo a prorrogação do prazo da obra até 30-06-2019. À DSIP para efeitos. Ao Executivo para ratificação.”-----

----9. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO - ADJUDICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR E EXPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO PARA O ANO DE 2019- RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: Atendendo à informação número dois mil quatrocentos e setenta e sete da Chefe de Divisão de Contratualização, I

Reunião de 28 de maio de 2019



Informática e Património, sobre o assunto em epígrafe, o Executivo, deliberou por unanimidade, ratificar o despacho proferido pela vereadora, com o pelouro da Ação social, Associativismo, Desporto, Educação e Juventude, datado de vinte e dois de maio, que aprovou a minuta do Edital, que tem por objeto proceder à seleção do adjudicatário com vista à adjudicação da exploração do Bar e Explanada das Piscinas Descobertas do Complexo Desportivo de Mogadouro para o ano de 2019, nos termos que a seguir se transcrevem:-----

-----“Dada a proximidade da abertura das piscinas municipais descobertas e com base na delegação e subdelegação de competências constantes do Despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro, aprovo o presente Edital, devendo as propostas ser entregues no local e hora fixados até ao dia 31 do corrente mês. Nomeio para membros do júri efetivos: Eng.^a Maria Olimpia Marcos, Dr.^a Ana Felgueiras e Elisabete Nogueira e suplentes: Amílcar Monteiro e Cláudia Guardado. À DCIP para efeitos e conhecimento dos membros do júri e à DECAST para conhecimento dos membros do júri. À reunião do executivo para ratificação, nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

----10. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE BELA

BERNARDINA GERALDES PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um requerimento de, Bela Bernardina Geraldes, datado de seis de maio de dois mil e dezanove, com morada na rua de São Sebastião, nº18, na freguesia de Mogadouro deste concelho, registado com o número quatro mil trezentos e sessenta e quatro barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil quatrocentos e cinquenta e oito barra dezanove, de dezassete de maio, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica da Sr.^a Bela Bernardina Geraldes, verificou-se que o pedido **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a) b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem 65 anos de idade, encontra-se em situação

Reunião de 28 de maio de 2019



considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

----11. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE MARTINHO DA ASCENSÃO CORREIA PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um requerimento de, Martinho da Ascensão Correia, datado de seis de maio de dois mil e dezanove, com morada na rua de Angola, nº36, na freguesia de Mogadouro deste concelho, registado com o número quatro mil trezentos e sessenta e cinco barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois quatrocentos e cinquenta e nove barra dois mil e dezanove, de dezassete de maio, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr. Martinho da Ascensão Correia, **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas b), c) e d) do mesmo, pois o requerente, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três

Reunião de 28 de maio de 2019



anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido ao requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros). -----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

----12. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO ATÉ AO LIMITE DE SEIS MESES DE SÉRGIO AUGUSTO VENÂNCIO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente um requerimento de, Sérgio Augusto Venâncio, datado de quinze de abril de dois mil e dezanove, com morada na Avenida do Sabor, número setenta e cinco, primeiro andar, na localidade de Mogadouro deste concelho, registado com o número três mil seiscentos e noventa e três barra dezanove, em que solicitou, nos termos do artigo sexto do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro, apoio ao arrendamento de habitação até ao limite de seis meses. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Cristina dos Santos Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil quatrocentos e sessenta barra dezanove, de dezassete de maio de dois mil e dezanove emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o seu rendimento per capita ‘de 125,09€ (cento e vinte e cinco euros e nove cêntimos), valor inferior a 50% do salário mínimo nacional atualmente em vigor, pelo que se encontram numa situação considerada de carência económica. -----

-----Assim, o pedido do Sr. Sérgio Augusto Venâncio cumpre com o exigido no ponto 1 do artigo 4.º do Regulamento para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, e com o estipulado nas *alíneas a) e b)* do ponto 1 do artigo 7.º pois este agregado familiar reside na área do município há mais de

Reunião de 28 de maio de 2019



um ano, e analisada a sua situação económica verifica-se que vivem em situação de comprovada carência económica pois os seus rendimentos resultam apenas de pensão de velhice e Complemento Solidário para Idosos que lhes foram atribuídos.-----

----- De referir ainda, que o pedido do requerente se enquadra na tipologia de apoio constante na linha a) (apoio a arrendamento de habitação até ao limite de seis meses) do ponto 1 do artigo 6º do Regulamento supra mencionado.”-----

----- A Câmara, atendendo ao parecer técnico supratranscrito deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente.-----

----13. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE RURAL FUTURO COMÉRCIO E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS, LDA (CONSUMIDOR Nº 9634) PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA EM CINCO PRESTAÇÕES-ANÁLISE

DELIBERAÇÃO: Foi presente um requerimento de Rural Futuro, Comércio de Serviços Agrícolas, Ld.^a datado catorze de maio de dois mil e dezanove, com sede na Zona Industrial, Lote número um, na Vila de Mogadouro, registado com o número novecentos e vinte e sete barra dezanove, em que solicitou o pagamento das faturas de água do consumidor número nove mil seiscentos e trinta e quatro (9634), referentes aos meses de julho, agosto, outubro, dezembro de dois mil e dezoito e ainda do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, em cinco prestações.-----

-----O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, na sua informação número dois mil quatrocentos e trinta e dois, de dezasseis de maio, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “1. As faturas de água, referentes aos meses de julho, agosto, outubro e dezembro de dois mil e dezoito, já se encontram e-----

-----2. A fatura referente ao mês de fevereiro de dois mil e dezanove está em débito na Tesouraria.-----

-----3. Assim, à data de hoje, o valor total da dívida do consumido nº 9634, é a seguinte:-----

-----Execuções Fiscais (água+ multas) 2.656,34€-----

----- Débitos em Tesouraria:566.10€-----

----- Total: 3.222,44€ (três mil, duzentos e vinte e dois euros e quarenta e quatro centimos).-----

----- 4. O artigo 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, no seu n.º 1, diz-nos que “Sem prejuízo do disposto no número seguinte poderá ser autorizado o pagamento das tarifas

Reunião de 28 de maio de 2019



e preços em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, e quando o respetivo valor for igual ou superior a €100,00.” -----

----- 5. O n.º 2 do mesmo artigo diz também que: “Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações e o valor de cada não poderá ser superior a 5 prestações e o valor inferior a €20,00.” -----

----- 6. O n.º 5 do mesmo artigo, refere ainda que: “A autorização do pagamento em prestações é decidida pela Câmara Municipal.” -----

----- Considerando o parecer técnico supratranscrito, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe autorizando-o a pagar a dívida de água no valor de três mil, duzentos e vinte e dois euros e quarenta e quatro cêntimos (€3.222,44) em cinco prestações iguais e sucessivas, conforme permitido no regulamento municipal em vigor. -----

----14. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SORAIA ANDREIA ROCHA PIRES (CONSUMIDOR Nº (10939) PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA EM PRESTAÇÕES-ANÁLISE DELIBERAÇÃO:

Foi presente um requerimento de Soraia Andreia Rocha Pires datado seis de maio de dois mil e dezanove, moradora na rua Guerra Junqueiro, número 13 na Vila de Mogadouro, registado com o número dois mil trezentos e cinquenta e nove barra dezanove, em que solicitou o pagamento das dívidas de água em atraso do consumidor número dez mil novecentos e trinta e nove(10939), em prestações.-----

-----O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, na sua informação número dois mil trezentos e cinquenta e nove, de treze de maio, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “1. As faturas de água, referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de dois mil e dezoito, e ainda a fatura referente ao mês de janeiro de dois mil e dezanove, estão em débito na Tesouraria e o mês de abril de dois mil e dezanove, ainda se encontra dentro do prazo de pagamento.-----

-----2. Conforme informação dos serviços de Execuções Fiscais, à data de hoje, o montante da dívida do consumidor, é a seguinte: Execuções Fiscais (água+ multas) 100.82€-----

Débitos em Tesouraria:10.25€-----

Total: 116.21€ (cento e dezasseis euros e vinte e um cêntimos).-----

----- 3. No artigo 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, no seu n.º 1, diz-nos que “Sem prejuízo do

Reunião de 28 de maio de 2019



disposto no número seguinte poderá ser autorizado o pagamento das tarifas e preços em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, e quando o respetivo valor for igual ou superior a €100,00.”-----

----- 4. No n.º 2 do mesmo artigo diz também que: “*Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações e o valor de cada não poderá ser superior a 5 prestações e o valor inferior a €20,00.*”-----

----- 5. O n.º 5 do mesmo artigo, refere ainda que: “*A autorização do pagamento em prestações é decidida pela Câmara Municipal.*”-----

----- Nota: Mais se informa, que embora não seja para esta instalação, a requerente solicitou à Câmara Municipal, o pagamento da dívida, referente ao consumidor n.º 10717, em prestações, tendo-lhe sido concedido o pagamento em cinco prestações.-----

-----Consultado o processo referente a esse consumidor, verificamos que a requerente não cumpriu com os prazos de pagamento.”-----

----- Considerando o parecer técnico supratranscrito, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido da munícipe até ao cumprimento total da parte em débito do consumidor n.º 10717, deferida em reunião de Câmara para pagamento em cinco prestações mensais que a requerente até à data da presente deliberação não cumpriu.-----

----15. PEDIDO DE ABEL AFONSO VARANDAS A SOLICITAR A REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS NA SUA VIATURA de MATRÍCULA 97-LU-93, POR UMA GRELHA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA FREGUESIA DE PARADELA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Presente um pedido de Abel Afonso Varandas, residente na rua da Escola n.º 38, na freguesia de Paradela, deste concelho, a requerer a reparação dos danos causados na sua viatura de marca Hyundai Santa Fé com a matrícula 97-LU-93, por uma grelha de águas pluviais.-----

----- Mais alegou, em síntese, que os fatos se passaram no dia seis de maio por volta das doze horas e quinze minutas quando se dirigia para a sua residência, ao passar por cima de uma grelha de águas pluviais existente na rua do Cemitério, um módulo dessa grelha soltou-se e danificou a parte lateral da viatura supra referenciada.-----

-----Solicita uma indemnização pelos prejuízos causados no montante de quinhentos e vinte e sete euros e doze cêntimos (€527.12), conforme orçamento apresentado.-----

----- O Chefe de Divisão da DASA (Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente), José Joaquim Pinto, concorda com a informação prestada pelo

Reunião de 28 de maio de 2019



Encarregado no sentido que os danos causados na viatura foram provocados pelo deslocamento da referida grelha metálica.-----

----- O executivo, face às informações prestadas, deliberou, por unanimidade, atribuir uma indemnização ao requerente lesado no montante de (quinhentos e vinte e sete euros e doze cêntimos (€527.12), pelos danos causados na viatura 97-LU-93, motivados pelo deslocamento da grelha de águas pluviais no momento da sua passagem, valor este a cabimentar pelos serviços de Contabilidade.-----

----16. INFORMAÇÃO DO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – REDUÇÃO DO APOIO FINANCEIRO CONSTANTE DO PROTOCOLO PARA A REALIZAÇÃO DO II MOGADOURO TRIATLO -

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Na sequência da informação prestada pelo Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, registada com o número dois mil quatrocentos e setenta e cinco, de vinte e dois de maio, a referir que na reunião de executivo de catorze de maio foi aprovada a minuta de protocolo para a realização do II Mogadouro Triatlo, onde está contemplado o apoio financeiro de 7.600,00€. No dia dezoito de maio estava prevista a realização de provas de triatlo para jovens, realização essa que não veio a acontecer-----

----- Face à não realização desta prova, solicita que a Câmara reduza o apoio financeiro inicialmente concedido para menos €500.00, ficando o apoio financeiro no protocolo reduzido nesta montante passando a ser de €7.100,00.-----

----- O Executivo, deliberou, por unanimidade, concordar com a informação prestada e em consequência, proceder à redução do valor de €500.00, constante do apoio financeiro contemplado na minuta de protocolo.-----

---17. DIVISÃO DE INFRA ESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS- PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DAS HABITAÇÕES DO EX BAIRRO FUNDO FOMENTO/ARRANJO URBANÍSTICO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE – COMUNICAÇÃO DA ENTRADA DE SUBEMPREITEIRO EM OBRA – APROVAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO -

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Na sequência do pedido de Carlos Alexandre Costa Carreira, adjudicatário na empreitada supra referida, a comunicar a entrada do subempreiteiro Vimiclima Componentes e Equipamentos de Climatização Ld.^a, em obra, foi presente a informação número duzentos e cinquenta e oito, da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, datada de vinte e dois de maio do corrente ano a referir a entrada em obra do subempreiteiro para a execução dos "trabalhos de instalações de redes de abastecimento de água

Reunião de 28 de maio de 2019



de rega, redes de drenagens de águas residuais e redes de abastecimento de águas," apresentando em anexo toda a documentação exigida, não vindo qualquer inconveniente em que seja autorizada esta subcontratação nos termos do estabelecido pelos artigos 383º, 384º e 385º do CCP(Código dos Contratos Públicos).-----

----- Analisado o pedido e a informação prestada pela Fiscalização da obra, o Executivo, deliberou, por unanimidade autorizar a subcontratação para a execução dos referidos trabalhos à Vimiclima Componentes e Equipamentos de Climatização Ld.^a.-----

-----18. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE VÍTOR MANUEL BENTO FERNANDES A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA MONTAGEM DE ESPLANADA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um pedido de Vítor Manuel Bento Fernandes, registado com o número seiscentos e trinta e um, barra dezanove, proprietário do espaço comercial denominado Café Pastelaria Ibérica, situado na Praceta Eng.º Duarte Pacheco, nº 10/12 em Mogadouro, a solicitar autorização para instalação de um sistema de esplanada essencial para a sua atividade comercial.-----

----- A técnica urbanista, Alexandra Machado, na sua informação número trezentos e cinquenta e três barra dezanove, de onze de abril refere a necessidade da fiscalização Municipal para procederem à medição da área pretendida, no sentido de estar garantida uma faixa de um metro e meio de passeio para peões.-----

----- Nesta conformidade, os serviços de fiscalização Municipal informam que o edifício onde se situa o espaço comercial do requerente tem cerca de nove metros de largura e a estrutura pretendida, que se pretende instalar na sua frente, tem seis metros de comprimento e quatro metros e trinta centímetros de largura, referindo ainda que na parte mais estreita do passeio tem seis metros e vinte centímetros de largura, e se o requerente cumprir com a implantação proposta, fica salvaguardada uma faixa livre de um metro e meio de passeio para peões.-----

----- Analisadas as informações prestadas, o Executivo, deliberou por maioria com cinco votos a favor do senhor presidente Francisco José Albuquerque Guimarães, e dos senhores vereadores Manuel Cordeiro, Evaristo Neves, Joana Silva, Virgínia Vieira e uma abstenção do vereador Daniel Ribeiro, deferir o pedido do requerente autorizando a implantação da estrutura pretendida com as condicionantes enunciadas pela fiscalização municipal, designadamente com as dimensões de seis metros de

Reunião de 28 de maio de 2019

comprimento e quatro metros e trinta centímetros de largura, ficando deste modo salvaguardada uma faixa livre de um metro e cinquenta centímetros de passeio para peões.-----

----- Mais foi deliberado, que a referida instalação, deverá ser acompanhada pela fiscalização e a mesma deverá ser retirada pelo requerente até ao dia (7) de outubro de dois mil e dezanove.-----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia vinte e três de abril e o dia vinte e sete de maio na importância de seiscentos e dezoito mil, trezentos e noventa e um euros e setenta e um cêntimos (€ 618.391,71).-----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas onze horas e cinquenta e cinco minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *António Luís Moreira*, Técnico Superior, António Luís Moreira, redigi e subscrevi: -----



